



Marta da Silva Costa

ADVOGADA

O REGIME JURÍDICO DO MAIOR ACOMPANHADO

BREVES NOTAS | LEGISLAÇÃO | JURISPRUDÊNCIA | MINUTAS

NOVA CAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

O REGIME JURÍDICO DO MAIOR ACOMPANHADO

BREVES NOTAS | LEGISLAÇÃO | JURISPRUDÊNCIA | MINUTAS

Título
O Regime Jurídico do Maior Acompanhado
Breves notas | Legislação | Jurisprudência | Minutas

Autora
Marta da Silva Costa

Editor
NovaCausa
Edições Jurídicas

NOVA CAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

Braga, Portugal
www.novacausa.net

ISBN
978-989-9026-53-7

Design
Vitor Duarte
vitorduartedesign.blogspot.com

Impressão e Acabamento
Manuel Barbosa & Filhos Lda

© 2022, novembro
NovaCausa, Edições Jurídicas

A reprodução, total ou parcial, desta obra, por fotocópia ou qualquer outro meio, mecânico ou electrónico, sem prévia autorização dos autores e do editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Marta da Silva Costa

ADVOGADA

O REGIME JURÍDICO DO MAIOR ACOMPANHADO

BREVES NOTAS | LEGISLAÇÃO | JURISPRUDÊNCIA | MINUTAS

NOVA CAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA	9
BREVES NOTAS SOBRE O REGIME DO MAIOR ACOMPANHADO ...	11
LEGISLAÇÃO	19
I – Lei 49/2018, de 14 de Agosto – Regime Jurídico do Maior Acompanhado	21
II – Portaria 104/2014, de 15 de Maio – Directiva Antecipada de Vontade	71
III – Lei 25/2012, de 16 de Julho – RENTEVEV	77
IV – Portaria 96/2014, de 05 de Maio – Regulamenta a organização e funcionamento do registo nacional do testamento vital (RENTEVEV)	85
V – Lei 95/2019, de 04 de Setembro – Lei de Bases da Saúde	91
VI – Convenção sobre as pessoas com deficiência	109
VII – Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e da Dignidade do Ser Humano face às aplicações da Biologia e da Medicina: Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina	141
VIII – Lei 36/98, de 24 de Julho – Lei de Saúde Mental	155
JURISPRUDÊNCIA	171
I – Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, 13/01/2022	173
II – Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, 27/01/2022	175

III – Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 04/04/2022	177
IV – Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 15/12/2021	179
V – Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, 05/04/2022	181
VI – Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, 19/05/2022	183
VII – Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, 28/04/2022	185
VIII – Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, 02/05/2019	187
IX – Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 10/03/2022	189
MINUTAS	191
I – Petição inicial – Acção de acompanhamento de maior	193
II – Petição inicial – Acção de acompanhamento de maior (intentada pelo Ministério Público)	203
III – Petição inicial – Acção de acompanhamento de maior (intentada pelo Ministério Público)	207
IV – Declaração de autorização para acompanhamento	213
V – Declaração do acompanhante	215
VI – Junção da declaração do acompanhante aos autos	217
VII – Requerimento de autorização judicial de acto	219
VIII – Contrato de mandato com vista ao acompanhamento	221
IX – Procuração para representação em instituições bancárias	225
X – Procuração com amplos poderes de representação (de pai a favor de filhos)	227

Nota introdutória

Desde a entrada em vigor do novo regime do Maior Acompanhado foram já vários os processos em que intervim enquanto Advogada, quer do Acompanhado quer do Acompanhante.

Cada processo, embora de tramitação semelhante, vai trazendo novas dúvidas, novas questões a resolver.

Assim, tentei, de modo bastante sintético, organizar algumas perguntas/respostas sobre o regime do Maior Acompanhado e, bem assim, decidi reunir a Legislação que, para mim tem maior relevo quando estudo um processo de Acompanhamento. Aos que tenham interesse, encontrarão, também aqui, algumas decisões recentes dos nossos Tribunais Superiores sobre esta temática.

Por último, espero que sejam úteis as minutas aqui trazidas.

Que este possa ser um contributo proveitoso não só para juristas, mas, também para outros profissionais que se vejam confrontados com questões sobre o regime do Maior Acompanhado.

Porto, 01 de Junho de 2022